

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA GESTÃO – ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICÍPIO DE SANTA MARIA – RS

Conforme prevê o Artigo 2º, III, “a” da Resolução nº 1099/2018 dessa Egrégia Corte de Contas, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2018, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação os seguintes documentos:

I – Relativamente à gestão econômico-financeira e patrimonial:

- a) relatório circunstanciado sobre a gestão, em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual, bem como informações físico-financeiras sobre recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE/FUNDEF e em Ações e Serviços Públicos de Saúde;
- b) relatório e parecer do responsável pela UCCI sobre as contas de governo;
- c) declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito foram devidamente encaminhadas ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal – BLM;
- d) declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;
- e) declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados;
- f) declaração acerca dos pareceres dos conselhos que fiscalizam o regime previdenciário próprio.

1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A demonstração dos efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio, por estar evidenciada nos demonstrativos orçamentários e contábeis encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2018, deixa de ser reproduzida.

1.1) LIMITES DE DESPESAS COM PESSOAL E ENDIVIDAMENTO.

Os limites de despesas com pessoal e endividamento deixam de ser abordados por terem sido abordados em processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2018.

2 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA

O cumprimento dos programas de governo e suas ações alcançaram, no exercício que se encerrou em 31-12-2018, a execução orçamentária demonstrada no quadro a seguir:

Plano Plurianual Lei nº 6.146/2017 - LDO Lei nº 6.163/2017 e LOA Lei nº 6.181/2017

Metas	Orçamento	Liquidado
Casa Civil	22.275.000,00	20.668.347,46
Procuradoria Geral do Município	3.771.000,00	4.272.515,10
Secretaria de Município de Gestão e Modernização Administrativa	10.193.000,00	10.834.011,65
Secretaria de Município de Finanças	17.497.000,00	17.765.869,36
Secretaria de Município da Saúde	90.857.055,00	113.958.911,25
Secretaria de Município da Educação	161.344.945,00	155.643.400,37
Secretaria de Município da Cultura, Esporte e Lazer	13.335.000,00	6.102.363,96
Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural	5.100.000,00	4.889.703,62
Secretaria de Município de Desenv.Econ., Turismo e Inovação	2.255.000,00	2.248.507,55
Secretaria de Município de Infraestrutura e Serv. Públicos	28.225.000,00	29.335.615,78
Secretaria de Município de Mobilidade Urbana	12.798.000,00	10.224.571,10
Secretaria de Município de Desenvolvimento Social	10.670.000,00	9.707.287,61
Secretaria de Município de Meio Ambiente	16.430.000,00	23.849.267,64
Encargos Gerais do Município	88.150.000,00	84.891.669,43
Secretaria de Município de Estruturação e Regulação Urbana	45.166.000,00	8.506.627,24
Total	528.067.000,00	502.898.669,12

3 – DAS INFORMAÇÕES SOBRE VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS

3.1) RECURSOS APLICADOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE, INCLUINDO OS RECURSOS DO FUNDEB

O Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2018, bem como a parcela da receita destinada à educação.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	25% EDUCAÇÃO
FPM	73.248.000,00	71.062.601,00	17.765.650,25
ICMS – DESONERAÇÃO	595.000,00	559.171,52	139.792,88
ICMS	93.596.000,00	100.474.603,03	25.118.650,76
IPI – EXPORTAÇÃO	1.397.000,00	1.469.309,01	367.327,25
IPTU*	44.765.500,00	45.535.886,15	11.383.971,54
ITBI*	22.713.000,00	21.330.625,77	5.332.656,44
ISS*	68.677.100,00	68.552.623,27	17.138.155,82
IRRF	30.957.500,00	35.147.849,87	8.786.962,47
ITR	988.600,00	957.053,03	239.263,26
IPVA	40.404.000,00	42.720.890,59	10.680.222,65
TOTAL	377.341.700,00	387.810.613,24	96.952.653,32

*Incluído multas, juros de mora e dívida ativa.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
2078	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - FUNDEB	3.768.090,62
2100	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino Fundamental – 60%	56.305.334,43
2101	Manutenção do Sistema Municipal de Ensino Fundamental – 40%	16.725.819,05
2102	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 60%	8.890.620,88
2103	Manutenção da Educação Infantil – Creches FUNDEB – 40%	2.452.943,02
2104	Manutenção da Educação Infantil – Pré-escola FUNDEB – 60%	7.237.956,87
2105	Manutenção da Educação Infantil – Pré-escola FUNDEB – 40%	1.216.192,77
2078	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMED - MDE	5.118.869,66
2083	Manut.Implem.Ativ.Programa Educ. Fiscal	1.300,00
2084	Manutenção do Sistema Municipal Ensino Fundamental + Repasse	32.050.575,29
2091	Manutenção do Transporte Escolar	1.538,87
2092	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Fundamental	979.871,00
2093	Manutenção de Centros de Educação Profissional	117.590,38
2094	Manutenção da Educação Infantil - Pré-Escola	6.143.063,61
2095	Manutenção das Creches	3.157.876,04
2096	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Infantil - Pré-escola	333.984,00
2097	Desenvolvimento da Autonomia Escolar no Ensino Infantil - Creches	184.512,00
2098	Manutenção do EJA	7.633.900,59
TOTAL		152.320.039,08

No que diz respeito aos recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE), no exercício em análise foram gastos R\$ 152.320.039,08 (cento e cinquenta e dois milhões, trezentos e vinte mil, trinta e nove reais e oito centavos). Deste valor, deve ser descontado o valor de R\$ 54.359.365,98 (cinquenta e quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos) que corresponde ao ganho do FUNDEB e rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo um líquido de R\$97.960.673,10 (noventa e sete milhões, novecentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e três reais e dez centavos). Se estes gastos forem comparados com a receita resultante de impostos, que foi de R\$ 387.810.613,24 (trezentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos) atingiu-se um percentual de 25,26% aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Das ações anteriormente evidenciadas, ressaltamos os seguintes programas desenvolvidos no período:

FUNDEB - O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB é um fundo especial para aplicação exclusiva na educação básica, proveniente dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

O Município de Santa Maria, em 2018, contou com uma receita de R\$ 96.596.957,64 (noventa e seis milhões, quinhentos e noventa e seis mil, novecentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), investindo o referido valor, exclusivamente, na folha de pagamento dos professores do Ensino Fundamental, Educação Infantil Creche e Pré escola e demais profissionais da educação. O Município possui um montante de 1.761 professores, sendo 98 professores de Educação Infantil, 361 professores de Anos Iniciais, 516 professores de Anos Finais e 148 professores de Educação de Jovens e Adultos.

MDE - Os recursos oriundos da “Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE” são investidos em todas as ações que visam alcançar os objetivos básicos da educação oferecendo qualidade e igualdade para todos, ou seja, são ações voltadas à obtenção dos objetivos educacionais de todas as modalidades.

A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 estabelece no artigo 212 que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aplicar, anualmente, no mínimo vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos transferidos para o município.

O Município de Santa Maria, com uma receita de R\$ 54.716.246,05 (cinquenta e quatro milhões, setecentos e dezesseis mil, duzentos e quarenta e seis reais e cinco centavos), investiu prioritariamente, em compra de vagas para a Educação Infantil, formação de professores, convênios, contratos, transporte escolar, Programa de Desenvolvimento do Ensino - PRODAE, aquisição de equipamentos, serviços, materiais de consumo, entre outros.

Transporte escolar - A lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004, institui o Programa Nacional de Apoio do Transporte Escolar. Este programa objetiva garantir transporte diário e gratuito aos alunos da área rural do Ensino Fundamental e Educação Especial, mantendo a frequência dos alunos e reduzindo os índices de evasão escolar. Em 2018, a prefeitura contou com uma receita oriunda de repasses de verbas do Governo Federal no montante de R\$ 71.148,15 (setenta e um mil, cento e quarenta e oito reais e quinze centavos). Todas as outras despesas com o transporte escolar foram custeadas com as verbas da Salário Educação (Recurso 1.008) perfazendo um montante de R\$ 2.685.428,51 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos).

Programa de Desenvolvimento da Autonomia Escolar – PRODAE - Desde o ano de 2004, através da Lei Municipal nº 4740, de 24 de dezembro de 2003, as escolas da Rede Municipal de Ensino recebem verbas, mensalmente, em contas específicas, de acordo com o número de alunos informados no Censo Escolar do ano anterior. Esses recursos, repassados com as verbas da Manutenção e Desenvolvimento da Educação (MDE), são utilizados para a manutenção administrativa e pedagógica das escolas. No ano de 2018, foi transferido para as Escolas de Ensino Fundamental, com recursos do MDE, o montante de R\$ 979.871,00

(novecentos e setenta e nove mil, oitocentos e setenta e um reais); com as Escolas de Educação Infantil (Pré-Escola) o montante de R\$ 333.984,00 (trezentos e trinta e três mil, novecentos e oitenta e quatro reais) e para as escolas com Creche o montante de R\$ 184.512,00 (cento e oitenta e quatro mil, quinhentos e doze reais), assim totalizando um montante de R\$ 1.498.367,00 (hum milhão, quatrocentos e noventa e oito mil, trezentos e sessenta e sete reais).

Alimentação Escolar - A partir de 1997 (Medida Provisória nº 2.178-36) o PNAE vem sendo gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é responsável pela alimentação de alunos das escolas de Educação Infantil (creche e pré-escola) e Ensino Fundamental (1ª ao 9º) da Rede Pública e das escolas mantidas por entidades filantrópicas desde que estas entidades estejam cadastradas no censo escolar e registradas no Conselho Nacional de Assistência Social. Os objetivos do PNAE são: suprir no mínimo 20% das necessidades nutricionais diárias dos alunos do Ensino Fundamental e 70% das necessidades nutricionais diárias dos alunos da educação infantil, contribuir para uma melhor aprendizagem, favorecer a formação de bons hábitos alimentares. A partir do segundo semestre de 2007, adotou-se a Gestão de Escolarização da Merenda, conforme a Lei Municipal nº 4997, de 27 de abril de 2007, onde os valores referentes ao PNAE, PNAP e PNAC são repassados para as escolas municipais de acordo com o número de alunos declarados no Censo Escolar.

A Escolarização da Merenda vem incentivar a economia local gerando impostos para o município e para os produtores rurais inclusos no Programa da Agricultura Familiar.

No ano de 2018 foram atendidos 6.794 alunos da Educação Infantil (creche e pré-escola), 13.834 do Ensino Fundamental, 691 do EJA, 80 Programa Novo Mais Educação e 438 alunos no Atendimento Educacional Especializado assim totalizando 21.837 alunos atendidos conforme censo realizado pelo setor responsável pela alimentação escolar. O município recebeu o montante de R\$ 2.484.444,04 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quatro centavos). Deste valor foram repassados 60% para as escolas da Gestão Escolarizada e 40% foram aplicados na compra de gêneros alimentícios da Agricultura familiar.

Aquisição de Vagas – Parceria com organizações da sociedade civil - A lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública. Em 2018 foram fornecidas 545 vagas de Educação Infantil através de termo de colaboração com um custo de R\$ 2.958.118,00 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, cento e dezoito reais), e 85 vagas compradas através de dispensa de licitação a um custo de R\$ 448.426,62 (quatrocentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos). Tais despesas foram integralmente custeadas com recurso do MDE perfazendo um montante de R\$ 3.406.544,62 (três milhões, quatrocentos e seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).

3.2) RECURSOS APLICADOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE – ASPS

O Quadro a seguir evidencia o desempenho de cada receita proveniente de impostos no ano de 2018, bem como a parcela da receita destinada à saúde.

IMPOSTOS	ORÇADO	RECEITA	15% SAÚDE
FPM	73.248.000,00	71.062.601,00	10.659.390,15
ICMS – DESONERAÇÃO	595.000,00	559.171,52	83.875,73
ICMS	93.596.000,00	100.474.603,03	15.071.190,45
IPI – EXPORTAÇÃO	1.397.000,00	1.469.309,01	220.396,35
IPTU*	44.765.500,00	45.535.886,15	6.830.382,92
ITBI*	22.713.000,00	21.330.625,77	3.199.593,87
ISS*	68.677.100,00	68.552.623,27	10.282.893,49
IRRF	30.957.500,00	35.147.849,87	5.272.177,48
ITR	988.600,00	957.053,03	143.557,95
IPVA	40.404.000,00	42.720.890,59	6.408.133,59
TOTAL	377.341.700,00	387.810.613,24	58.171.591,98

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
2118	Manutenção do Conselho Municipal de Saúde	1.221,62
2112	Manutenção dos Serviços Administrativos da SMS	2.540.171,89
1013	Modernização da Rede Básica de Saúde	157.402,59
2113	Manutenção dos Serviços Básicos de Saúde	55.566.001,55
2114	Manutenção da Saúde Bucal	408.668,58
2119	Aquisição de Medicamentos	556.041,04
2115	Manutenção dos Atendimentos de Urgência e Emergência	6.554.497,07
2116	Manutenção dos Serviços Terapêuticos dos CAPS	2.257.459,16
2117	Manutenção da Vigilância Sanitária Municipal	2.819.111,28
2120	Incent. e Manut. dos Agentes Comunitários de Saúde	2.598.734,09
	Total	73.459.308,87

No que diz respeito aos recursos aplicados em Ações e Serviços Públicos de Saúde – ASPS, no exercício em análise foram gastos R\$ 73.459.308,87 (setenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil, trezentos e oito reais e oitenta sete centavos). Deste valor, deve ser reduzido o valor de R\$ 513.293,28 (quinhentos e treze mil, duzentos e noventa e três reais e vinte e oito centavos), proveniente de dispêndio com o Consórcio Intermunicipal para saúde e rendimentos de aplicações financeiras, perfazendo um líquido de R\$ 72.946.015,59 (sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e seis mil, quinze reais e cinquenta e nove centavos). Se estes gastos forem comparados com a receita resultante de impostos, que foi de R\$ 387.810.613,24 (trezentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e treze reais e vinte e quatro centavos) atingimos um percentual de 18,81% aplicado nas ações e serviços públicos de saúde.

Das ações anteriormente transcritas, ressaltamos as seguintes políticas, bem como seus programas e atividades desenvolvidos no período:

Toxoplasmose - O processo de investigação do surto de toxoplasmose que ocorreu no Município no ano de 2018, envolveu equipes de vigilância epidemiológica, ambiental em saúde e sanitária (municipal, regional e estadual), LACEN/RS, EpiSUS e Coordenação Geral de Laboratórios (CGLAB) do Ministério da Saúde. Também participaram do processo as

equipes de atenção básica, saúde da mulher e da criança, assistência farmacêutica, regulação, laboratórios conveniados ao município, Núcleo de Vigilância Hospitalar (NVEH) do Hospital Universitário (HUSM), Laboratório de Parasitologia da UFSM, além da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a Rede Brasileira de Pesquisa em Toxoplasmose, conforme evidenciado a seguir:

1 Vigilância Epidemiológica

1.1 Organização do processo de trabalho para investigação do surto

No âmbito municipal, foi necessário reforço da equipe de vigilância, bem como a ampliação da área física, suporte de equipamentos e internet para o gabinete de crise e elaboração de questionário para investigação dos casos.

A equipe de investigação também deu apoio na organização da assistência e tratamento de casos e busca de parcerias com instituições externas, especialmente a UFSM e HUSM.

Ocorreram reuniões da equipe de investigação com áreas técnicas do Ministério da Saúde, gestores estaduais, consultores, hospitais e médicos, gabinete da secretária municipal e outros parceiros. Além disso, em conjunto com equipe de comunicação municipal/estadual, foram elaboradas notas técnicas, informes para gestores e mídia e orientações para medidas de prevenção e de tratamento.

1.2 Informações sobre consultas, entrevistas e coleta de amostras clínicas

As principais ações intersetoriais e multidisciplinares realizadas até 30 de novembro de 2018 na investigação epidemiológica e no seguimento dos doentes consistiu em: - Entrevistas e coletas para exames (coleta de sangue no domicílio, na VE e em unidades de saúde); - consultas oftalmologista; - consultas infectologista e mutirão para avaliação de gestantes.

2 Vigilância Ambiental

Em 12-13/04/2018 foi realizada a primeira inspeção de emergência na Estação de Tratamento de Água (ETA) de Santa Maria, onde constatou-se o não atendimento da remoção de turbidez na saída dos filtros em alguns momentos do final de janeiro, conforme exigência do Anexo 2 da Portaria de Consolidação Nº 5/2017 – Ministério da Saúde.

Foram realizadas coletas de água para pesquisa de *Toxoplasma gondii* enviadas à Universidade Estadual de Londrina (UEL) na Estação de Tratamento de Água. Os 157 litros de lodo de caixas d'água mais 230 litros de lodo de reservatório do SAA e os 8 filtros de água foram enviados para LADOPAR/UFSM para a realização de bioensaios. Conforme resumo apresentado no IV Simpósio Brasileiro de Toxoplasmose, os resultados foram positivos, e aguardam sequenciamento.

Decorrente do surto houve ação conjunta realizada com o VIGIAGUA do MS, CEVS, 4ª CRS e o município de Santa Maria que visou avaliar os riscos do Sistema de Abastecimento de Água e um dos principais encaminhamentos foram o monitoramento do protozoário pelo período de 12 meses, na frequência quinzenal, em cada um dos dois pontos de captação e o monitoramento da água de recirculação da retrolavagem dos filtros.

Um avanço importante de todo este processo na estação de tratamento de água foi a implantação pelo responsável do abastecimento da ISO 9001, reforçando a segurança do

tratamento.

3. Vigilância Sanitária

A vigilância sanitária municipal e estadual desenvolveram atividades de suporte para investigação do surto de toxoplasmose, dentre as quais a intensificação das atividades de educação em saúde e fiscalização sanitária. Além disso, procedeu-se à busca ativa de possíveis fontes de contaminação, com base em informações coletadas em entrevistas a doentes e denúncias.

Nestas ações foram inspecionados 148 estabelecimentos (mini-mercado, armazém, fruteira, mercado, hipermercado, açougues, denúncia de abate clandestino e abatedouros registrados), atendidas 14 denúncias referente ao comércio ou abate clandestino de animais, realizado 01 barreira sanitária e 04 ações em feiras livres. Como medidas administrativas adotadas foram lavrados 79 Autos de Infração e 2 Termos de Interdição Cautelar de Estabelecimento. Foram apreendidos e inutilizados aproximadamente 4.000 Kg de produtos cárneos, 1.248 ovos, 48 Kg de mel e 59 litros de leite impróprios para consumo humano. Durante as atividades, foram também realizadas coletas de amostras de alimentos (mortadela industrializada e carne suína) para pesquisa de toxoplasma por PCR pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Como ação complementar, oficiou-se o 10º SIPOA/DDA/SFA-RS, órgão federal de fiscalização de produtos de origem animal no Rio Grande do Sul, com o intuito de solicitar apoio na execução de ações de investigação do surto no que tange à sua competência.

O Setor de Alimentos da DVS/CEVS elaborou um questionário, no qual foram abordados aspectos como qualidade da água utilizada; controle de resíduos; controle de animais, vetores e pragas; higiene das instalações e equipamentos e características de transporte.

Para realização das inspeções e aplicação dos questionários, formaram-se equipes multidisciplinares constituídas por membros da VISA Municipal de Santa Maria, da Vigilância Ambiental Municipal, do Setor de Alimentos do CEVS e da 4ª CRS (Alimentos e Vigiágua), as quais inspecionaram 16 propriedades produtoras de hortigranjeiros.

Juntamente com as ações de caracterização dos produtores, foram realizadas coletas de 14 amostras de hortigranjeiros para pesquisa de toxoplasma, as quais foram testadas pelo método da PCR pela Universidade Estadual de Londrina ou pela Universidade Federal de Santa Maria. Todas as amostras apresentaram resultados negativos nas análises realizadas.

Como desdobramento das ações de investigação do surto, o município iniciou visitas a estabelecimentos produtores de hortigranjeiros para cadastro, fiscalização e adequação dos empreendimentos, de acordo com o previsto no Decreto nº 23.430, de 24 de outubro de 1974, sobre fiscalização de Estabelecimentos de Cultivo de Hortaliças e Frutas Rasteiras.

4. Análises Laboratoriais

4.1 Laboratório de Saúde Pública/LACEN-RS

De abril a novembro de 2018, foram enviadas amostras de soro de 1798 pacientes suspeitos de toxoplasmose ao LACEN, sendo solicitados 5848 exames. Destas, 4219 resultados foram liberados. Entre os exames com resultado liberado, 84% (n=1422) tiveram IgG positivo, 40,1% (n=678) IgM positivo no teste de Imunoensaio de Micropartículas por Quimioluminescência e 48% (400) exames apresentaram baixa avides do IgG.

Buscando mais subsídios para verificar se ainda está ocorrendo transmissão com caráter epidêmico, foram avaliados os exames solicitados tanto ao LACEN quanto aos laboratórios de análises clínicas do município.

Para verificar a qualidade do encerramento de casos utilizando resultados de laboratórios privados em relação aos do LACEN (Kit Abbot® para Imunoensaio por Quimioluminescência para detecção de anticorpos IgM e IgG) – também necessário para o estabelecimento da população de estudo de casos e controles – foi realizado teste de concordância, calculando-se o Índice de Concordância Kappa. O cálculo do índice foi realizado a partir de 269 amostras analisadas, processadas tanto no LACEN quanto em laboratórios privados de Santa Maria, não sendo considerado a temporalidade entre a data da coleta da amostra analisada no laboratório privado e a da coleta enviada ao LACEN.

Política de saúde da criança - Essa política tem como objetivo promover e proteger a saúde da criança e o aleitamento materno, mediante a atenção e cuidados integrais e integrados da gestação aos 9 (nove) anos de vida, com especial atenção à primeira infância e às populações de maior vulnerabilidade, visando à redução da morbimortalidade e um ambiente facilitador à vida com condições dignas de existência e pleno desenvolvimento. Dentre as atividades, pode-se citar: realização de um seminário integrado de aleitamento materno, evento alusivo a amamentação, realização de Teste do pezinho, realização de consulta de puericultura, organização do fluxo de encaminhamento de recém-nascidos diagnosticados com sífilis congênita, realização de vacinas, capacitação sobre a coleta do teste do pezinho.

Política de saúde da mulher - Esta é uma política que promove a melhoria das condições de vida e saúde das mulheres, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde. Dentre as atividades, pode-se citar: Palestra sobre a Política de Saúde da Mulher, ação de Conscientização e Promoção da Saúde na Praça Saldanha Marinho, atividades de orientação e prevenção alusiva ao Outubro Rosa nas Unidades de Saúde, Seminário Outubro Rosa para os profissionais de saúde, oferta de realização do exame citopatológico, colocação de Dispositivo Intrauterino (DIU), realização de laqueadura, Palestras sobre Política de Saúde da Mulher em universidades do município, evento sobre Violência Obstétrica, encaminhamento e controle das gestantes de alto risco, pré-natal do parceiro, captação precoce das gestantes, realização de testes rápidos (HIV, Sífilis, Hepatite B, C), realização de consultas de gestantes.

Política de atenção a saúde da pessoa idosa - Essa política visa garantir atenção à saúde de forma adequada e digna para a população idosa do município.

Dentre as atividades realizadas em 2018 podemos citar: - distribuição das Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa para todas as Unidades de Saúde conforme número de idosos por território; - parceria com a 4ª CRS e com a UFSM para projeto de implementação destas cadernetas, sendo que neste ano foram realizadas oficinas de capacitações para as equipes da ESF Santos, ESF Roberto Binato, ESF Lídia, ESF Urlândia e UBS São Francisco; - participação mensal nas reuniões do Conselho Municipal do Idoso; - organização e participação, junto ao COMID e a outras secretarias, da VI Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa; - suporte para a campanha da vacinação da gripe (Dia D); - participação nos encontros da Comissão de Saúde do Idoso da Câmara de Vereadores; - participação como palestrante do I Encontro Regional sobre Política de Saúde do Idoso da UFSM; - realização de visitas domiciliares e visitas institucionais a idosos referentes a pedidos judiciais

ou denúncias; - exposição da política nas reuniões introdutórias para os novos servidores da SMS.

Política de alimentação e nutrição - Segue algumas atividades desenvolvidas: organização, suporte e monitoramento das Unidades de Saúde para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, nas condicionalidades da saúde; matriciamento das Unidades de Saúde; Atendimento Nutricional; Visitas Domiciliares; Fornecimento de laudo e certidão de dietas e fórmulas infantis. Este ano foi realizada a Oficina de Tutores da Estratégia Amamenta Alimenta Brasil, com 25 profissionais formados e aptos a trabalhar o tema da Amamentação e Introdução alimentar. A parceria com o Programa Saúde na Escola é uma importante estratégia para o acompanhamento do estado nutricional dos Escolares.

Programa saúde na escola (pse) / política de atenção ao adolescente - Atualmente 49 escolas possuem adesão ao PSE, sendo 37 municipais e 12 estaduais. Foi realizada a capacitação para os novos servidores Secretaria de Saúde com os temas relacionados ao PSE e o 11º Encontro de Formação no PSE e 12º Encontro de Formação no PSE, envolvendo professores da rede municipal de ensino e profissionais da saúde (200 participantes em cada encontro). A coordenadora do PSE do município participou das Práticas Restaurativas – Fórum, do Fórum Municipal de Educação e da Pré-conferência da criança e do adolescente; espaços que permitiram debates sobre defasagem idade/série, planos de ação para redução da evasão escolar e qualidade de vida dos escolares, dentre outros, junto a outros setores das áreas da educação e saúde.

Foi iniciado o processo de Visitas Técnicas (VT) de apoio às Unidades Básicas de Saúde, Estratégia Saúde da Família e escolas da rede municipal e estadual com adesão ao PSE. Na VT, também é realizada a capacitação das equipes diretivas das escolas para a operacionalização do PSE e registro de atividades coletivas realizadas entre unidades de saúde e escola. Deu-se início à execução do Projeto “Saúde sexual no contexto escolar”, com alunos de 9º ano das escolas municipais e estaduais, em parceria com a Política HIV/IST/AIDS.

No segundo semestre de 2018 foi implementada a Ficha de Notificação de Violência interpessoal e autoprovocada no estabelecimento de ensino e os professores, após capacitação pela coordenação do PSE, passam a ter como atribuição a notificação de casos que aconteçam no cenário da escola.

Também no segundo semestre, foi realizada a Capacitação em primeiros socorros para professores das escolas municipais, conforme Lei Municipal (com participação de 69 professores de 46 escolas).

Realização do espetáculo “Abra a boca e fecha os olhos”, da Companhia de Teatro Luz & Cena, com patrocínio do IBRAVIN, em parceria da Política de Alimentação e Nutrição, PSE e Rede Municipal e Estadual de Educação (600 crianças).

Encaminhamento/ atendimento de 758 escolares para o Consultório Oftalmológico (Container UFSM), com 522 crianças recebendo óculos. Mobilização das unidades de saúde e escolas para atualização vacinal dos escolares. Ocorreram ciclos de palestras em cinco escolas municipais e estaduais, em parceria com o Curso de Direito da FAMES, com os temas Prevenção de suicídio, bullying, automutilação; participação do PSE no Salão de Práticas Pedagógicas– evento da Secretaria de Educação, e representação no Comitê de Transmissão Vertical HIV, sífilis, Hepatites Virais.

As cadernetas de adolescentes na faixa etária de 10-16 anos foram entregues e disponibilizadas pelos profissionais de saúde aos alunos de escolas municipais e estaduais, por meio de atividade educativa.

Política de saúde bucal - Para além das ações de prevenção e promoção de saúde com a erradicação de lesões cáries e perdas de dentes que são realizadas nas Unidades de Saúde, Pronto Atendimento Municipal e CEO (Centro de Especialidades Odontológicas), destacam-se as ações realizadas em parceria com outros programas e Políticas, como a Participação no Programa Saúde na Escola. Além deste, a Saúde Bucal desenvolve o Programa Sorrindo para o Futuro, em parceria com o SESC, tendo atendido 6.144 Crianças, em 49 Escolas. O Projeto Sorria Santa Maria teve 10 edições em 2018, perfazendo 578 pacientes atendidos e 1653 procedimentos realizados.

Política de atenção psicossocial - Tendo como objetivo o fortalecimento da rede de atenção psicossocial, bem como a promoção e prevenção da saúde, diversas ações foram desenvolvidas: reunião mensal de Co-gestão (coordenadores/as dos CAPS e Coordenação da Política de Atenção Psicossocial) em que se discute o alinhamento das ações dos serviços, visando a construção e avaliação das ações de saúde mental do município; reuniões de rede dos territórios essas são intersetoriais e fortalecem o cuidado compartilhado dos/as usuários/as; ações e educação permanente (evento alusivo ao dia da Luta Antimanicomial, Educação Permanente sobre Arte no cuidado à Saúde Mental e Economia Solidária, Participamos da Comissão de Organização da IV Conferência Municipal de Saúde Mental, etc.), retomamos o Projeto Saúde Mental na Roda (de 2003), que tem como objetivo discutir saúde mental e construir uma nova forma de cuidado com a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a Atenção Especializada em Saúde Mental, compondo toda RAPS, e Criação do Grupo de Trabalho (GT) de Saúde Prisional no município, Grupo de Trabalho (GT) Desinstitucionalização.

Política de HIV/AIDS, IST e hepatites virais - Tendo como foco principal a promoção e prevenção da saúde, diversas ações com esse objetivo foram desenvolvidas no decorrer do ano, sendo elas: realização de capacitações para profissionais sobre testagem rápida, gênero, humanização, acolhimento, vínculo, aconselhamento, clínica ampliada e prevenção de hepatites virais, participação do comitê regional de transmissão vertical, ações de educação sexual em parceria com PSE, rodas de conversa com ACS, estudantes de IES sobre acolhimento, humanização, vínculo, testes rápidos e abordagens em saúde, gênero, sexualidade, uso do preventivo, PEP, redução de danos, ações de testagem rápida no presídio regional, ação social em alusão ao Dia Internacional de Combate à Aids celebrado dia 1 de dezembro e Implementação do comitê municipal de transmissão vertical.

Política das doenças crônicas não transmissíveis - Essa política objetiva enfrentar e deter as doenças crônicas não transmissíveis e seus fatores de risco. Em 2018 focamos na instrumentalização dos profissionais da atenção básica no tocante a implementação de protocolos de estratificação de risco para pacientes com Diabetes Mellitus (DM) e Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). Foram realizadas as seguintes ações: - participação em reunião com regulação e Superintendência da AB sobre as notas técnicas referentes à estratificação de risco para DM e HAS emitidas pelo Estado; - realização de capacitações sobre as notas técnicas para os médicos da APS, para a equipe da ESF Lídia e da ESF Roberto Binato; - participação em reunião com a 4ª CRS sobre o fluxo para o Hospital Regional de Santa Maria (HRSM); - organização e participação do evento Dia Mundial do Diabetes que aconteceu na Praça Saldanha Marinho; - participação de reunião com profissional de educação física para discussão de proposta de implantação de projeto de educação em saúde; - solicitação e participação de capacitação sobre o Programa de Portadores de Doenças Crônicas (PPDC) da Consulfarma para os profissionais médicos da APS.

Reforma de área física - Reforma do Pronto Atendimento Municipal e da UBS Floriano Rocha.

Aquisição de equipamentos e mobiliários - Execução da Emenda Parlamentar do Dep Luis Carlos Heinze, no valor de R\$ 250.000,00, para a compra de equipamentos e mobiliários para a Atenção Básica; - Entrega de 02 Ambulâncias do SAMU, adquiridas por meio de Emenda Parlamentar, no valor de R\$ 180.000,00/cada; - Execução da Emenda Parlamentar do Dep. Jerônimo Goergen, no valor de R\$ 200.000,00 para a compra de equipamentos e mobiliários para o Centro de Referência e Diagnóstico em Atenção Secundária Nossa Senhora do Rosário; - Execução da Emenda Parlamentar do Dep. João Derly, no valor de R\$ 120.000,00, para a compra de equipamentos e mobiliários para o Pronto Atendimento Flávio Miguel Schneider; - Execução das Emendas Parlamentares dos Deputados Henrique Fontana (R\$ 200.000,00) e João Derly (R\$ 100.000,00) para aquisição de Câmara de Conservação de Vacinas; - Execução da Emenda Parlamentar do Dep. Afonso Mota, no valor de R\$ 250.000,00, no custeio da Atenção Básica.

Por fim, destaca-se que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias, e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Além disso, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários como cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Santa Maria, RS, 28 de janeiro de 2019.

Jorge Cladistone Pozzobom

Prefeito Municipal

CPF nº 484.930.070-72